

**ACTA NÚMERO 8/08 DO EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2008.**

----- Aos vinte e dois dias do mês de Abril de dois mil e oito, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se uma reunião da Câmara Municipal, sob a presidência de GIL NADAIS RESENDE DA FONSECA, e com a presença dos Srs. Vereadores JORGE HENRIQUE FERNANDES DE ALMEIDA, JOÃO CARLOS GOMES CLEMENTE e ELSA MARGARIDA DE MELO CORGA. -----

----- Esteve presente para a secretariar, CARLOS MANUEL BARROSO BARREIRA GUERRA, Director do Departamento Administrativo e Financeiro. --

----- Eram dezassete horas quando o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- **FALTAS** -----

----- Foi deliberado, por unanimidade, justificar as faltas dadas pelos Srs. Vereadores Paula Cardoso, Carlos Almeida e Carlos Franco que compromissos assumidos impediram de participar na reunião. -----

----- **PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Neste ponto da Ordem de Trabalhos o Sr. Presidente principiou por informar da forma magnífica como decorreram as Jornadas de Modernização Administrativa, que contaram com mais de 300 participantes, em representação de 70 Municípios do país e de outras instituições públicas e privadas, o que reflectiu o reconhecimento do exemplar trabalho que se tem desenvolvido nos últimos dois anos, e que colocou a Câmara Municipal de Águeda na liderança de todas as câmaras do país, em termos de modernização administrativa. -----

----- A seguir, o Sr. Presidente informou que a Câmara solicitou e foi agraciada com o Alto Patrocínio do Sr. Presidente da República para o projecto que vai ser desenvolvido no nosso Concelho sobre educação rodoviária, entre os dias 27 e 31 do próximo mês de Maio, denominado “Águeda Cidade de Segurança”, que terá como objectivo preparar as gerações futuras com indivíduos mais responsáveis na utilização da via pública e condutores melhor formados. -----

----- **ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR** -----

----- **SUA APROVAÇÃO** -----

----- Continuando os trabalhos foi aprovada e assinada a Acta da reunião anterior, cuja leitura foi dispensada, uma vez que foi distribuída, em fotocópia, pelos Membros do Executivo. -----

----- **ASSOCIAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS** -----

----- A seguir, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Vereador que isentou a D'Orfeu – Associação Cultural do pagamento das taxas referentes à realização de vários espectáculos, licenças especiais de ruído e licença accidental de recinto. -----

----- Prossequindo a reunião, foi deliberado, por unanimidade, isentar as seguintes instituições do pagamento das seguintes taxas: -----

----- Jardim Social de Travassô, referentes ao ramal para a ligação do abastecimento de água às suas futuras instalações. -----

----- Centro Social Arco-Íris, referentes ao licenciamento para a realização de uma prova de cicloturismo no próximo dia 01 de Junho. -----

----- Quanto à Firma Acústica Médica, que solicitou a isenção do pagamento de taxas referentes à ocupação da via pública com uma viatura, em frente à sede da Junta de Freguesia de Aguada de Baixo, para a realização de uma Campanha Nacional de Rastreio Auditivo gratuito, a Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir o solicitado por entender que se trata de uma actividade concorrencial ao comércio local. -----

----- **ADIANTAMENTO DE VERBA** -----

----- Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, proceder a um adiantamento de verba para o Grupo Folclórico da Região do Vouga, no valor de 3.000,00 €, destinado a fazer face às despesas tidas com a funcionária do Museu Etnográfico. -----

----- **JUNTAS DE FREGUESIA** -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** -----

----- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir, à Junta de Freguesia de Agadão, um subsídio no valor de 6.537,44 €, destinado a compartilhar a aquisição de uma viatura 4X4, para intervenção

em fogos florestais. -----

----- Foi também deliberado, por unanimidade, conceder ao Clube Macinhatense um subsídio no valor de 350,00 € destinado a compartilhar as despesas com a instalação do Espaço Internet que, por motivos técnicos, não pode ser instalado na sede da Junta de Freguesia. -----

----- Ao tomar conhecimento que a Junta de Freguesia de Óis da Ribeira vai levar a efeito, durante alguns fins de semana do próximo Verão, o projecto intitulado “Jornadas Culturais e Desportivas”, a Câmara deliberou, por unanimidade, tendo em vista o interesse da iniciativa, conceder à referida Junta de Freguesia, para apoio às despesas a realizar, um subsídio no valor de 1.650,00 €. -----

----- **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS** -----

----- Neste ponto da Ordem de Trabalhos a Câmara deliberou, também, aprovar a Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia que a seguir se mencionam, bem como aprovar os respectivos Protocolos que foram presentes: -----

----- **JUNTA DE FREGUESIA DE ESPINHEL** -----

----- Cuidar e Administrar o Parque Ribeirinho de Espinhel; -----

----- **JUNTA DE FREGUESIA DE AGADÃO** -----

----- Proceder à execução das obras de captação e distribuição de água na Freguesia. -----

----- **JUNTA DE FREGUESIA DE AGUADA DE CIMA** -----

----- Proceder à execução da obra de requalificação do Parque do Sabugueiro. -----

----- **JUNTA DE FREGUESIA DE BELAZAIMA DO CHÃO** -----

----- Proceder à execução da obra de embelezamento do espaço envolvente ao Sobreiro Gigante, em Belazaima do Chão. -----

----- **JUNTA DE FREGUESIA DO PRÉSTIMO** -----

----- Proceder à execução da obra de beneficiação da Praia do Alfusqueiro;

----- **JUNTA DE FREGUESIA DE TRAVASSÔ** -----

----- Proceder à execução da obra de cobertura do palco e construção de sanitários no Parque Nossa Senhora do Amparo. -----

----- Cuidar e administrar o Parque Ribeirinho de Nossa Senhora do

Amparo. -----

----- **TRANSFERÊNCIA DE VERBAS** -----

----- Foi ainda deliberado, por unanimidade, neste ponto da Ordem de Trabalhos, proceder às seguintes transferências de verbas para as Juntas de Freguesia que se mencionam: -----

----- **JUNTA DE FREGUESIA DE CASTANHEIRA DO VOUGA** -----

----- Aquisição de terrenos e beneficiação de parques fluviais – 10 000,00€.

----- **JUNTA DE FREGUESIA DE ÓIS DA RIBEIRA** -----

----- Remodelação da sede da Junta de Freguesia – 20 000,00€. -----

----- **JUNTA DE FREGUESIA DE RECARDÃES** -----

----- Arranjo do Largo da Igreja – 10 000,00€. -----

----- **JUNTA DE FREGUESIA DE VALONGO DO VOUGA** -----

----- Construção de um armazém – 20 000,00€. -----

----- **PATRIMÓNIO** -----

----- **PAGAMENTO DE RENDA DE HABITAÇÕES DO MUNICÍPIO** -----

----- Constatando-se o mau estado em que se encontra o apartamento T2 sito na Torre de S. Pedro, alugado a Maria da Conceição Marques Pires Coelho, com contrato celebrado em 12 de Março último, a Câmara deliberou, por unanimidade, isentar aquela munícipe do pagamento da renda até que o mesmo apartamento seja reparado e reúna condições para ser habitado. -----

----- Analisado o parecer técnico emitido, foi deliberado, também por unanimidade, isentar a munícipe Maria Isabel Marques de Melo do pagamento da renda referente ao mês de Abril, uma vez que a mesma restituiu a habitação municipal em que morava no dia dois deste mesmo mês. -----

----- **ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO** -----

----- **APROVAÇÃO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO** -----

----- Presente, a seguir, um requerimento através do qual é solicitado horário para um estabelecimento de peixaria sito na Rua da Escola, na Freguesia de Fermentelos, para funcionar de Segunda a Sábado das 08:00H às 21:00H, com encerramento para almoço da 13:00H às 14:30H, e aos Domingos e Feriados funcionar de manhã. -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o requerido. -----

----- **RATIFICAÇÃO DE DESPACHO** -----

----- Foi, também, deliberado, a seguir, ratificar o despacho do Sr. Vereador que autorizou o estabelecimento Jotta's Bar Lda., sito em Aguada de Cima a funcionar até às 04:00H, nos dias 19 e 26 do corrente mês. -----

----- **OBRAS MUNICIPAIS**-----

----- **RECEPÇÃO DEFINITIVA DE EMPREITADA** -----

----- Tendo sido vistoriada a totalidade da obra e verificando-se que a mesma se encontra concluída e na devida ordem, nenhuma observação havendo a fazer, não apresentando deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou de falta de solidez pelas quais se deva responsabilizar a firma empreiteira, a Câmara deliberou, por unanimidade, receber definitivamente a obra de “Rua do Patronato / Areal / Rua Correia Miranda – Pavimentação”, na Freguesia de Travassô, e proceder á restituição, à firma Construtora da Corga, Lda., adjudicatária da obra, de todos os depósitos de garantia e diligenciar a extinção de outras cauções eventualmente existentes, nos termos do disposto no nº 227 do Decreto-Lei nº 59/99, de 02 de Março. -----

----- **TRABALHOS A MAIS E TRABALHOS A MENOS** -----

----- Seguidamente foi autorizada a realização de Trabalhos a Mais e Trabalhos a Menos nas seguintes obras: -----

----- **REPARAÇÃO DA ESTRADA REAL ENTRE A VARIANTE DE BARRÔ E A RUA DO BREJO** -----

----- TRABALHOS A MAIS – 8 111,10€. -----

----- TRABALHOS A MENOS – 4 621,50€. -----

----- **REPAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA REAL (Rua Chão da Moita) nas Freguesias de Recardães e Borralha**-----

----- TRABALHOS A MAIS – 24 928,14€ . -----

----- TRABALHOS A MENOS – 35 142,06€. -----

----- **REPAVIMENTAÇÃO DA RUA DE SÃO JORGE ATÉ Á POVOA DAS LACEIRAS, EM RECARDÃES** -----

----- TRABALHOS A MAIS - 8 206,94€. -----

----- TRABALHOS A MENOS – 4 621,50€. -----

----- **REPAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA REAL (2ª FASE) NAS FREGUESIAS DE ÁGUEDA E BORRALHA** -----

----- TRABALHOS A MAIS – 9 417,12€. -----

----- TRABALHOS A MENOS – 4 573,81€. -----

----- **PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO PASSAL, EM RECARDÃES** -----

----- TRABALHOS A MAIS – 1 768,91€. -----

----- TRABALHOS A MENOS – 6 465,96€. -----

----- **REDE COLECTORA DE ÁGUAS RESIDUAIS DA ZONA NORTE –  
SUB-SISTEMA DE VALONGO – EMISSÁRIO DO OUTEIRO AO PE V9** -----

----- TRABALHOS A MAIS – 16 161,20€. -----

----- TRABALHOS A MENOS – 12 091,67€. -----

----- **AUTO DE REVISÃO DE PREÇOS** -----

----- Mais foi deliberado, neste ponto da Ordem de Trabalhos, aprovar o Auto de Revisão de Preços n.º 1 (Provisório) da empreitada de Infra-estruturas de saneamento e Água na Zona de Beneficiação da EN 333 – Troço da Curva do Miguel à Rotunda de Recardães, no valor de 1 924,80€. -----

----- **EDUCAÇÃO** -----

----- **APOIO FINANCEIRO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL** -----

----- Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, face à necessidade de contratar pessoal auxiliar para os Jardins de Infância de Paradela e de Espinhel, atribuir à Associação Arco Íris e à Junta de Freguesia de Espinhel, parceiros da Câmara nesses sectores, as importâncias de 140,00€ e 294,00€, respectivamente, com vista a comparticipar as despesas com essas contratações. -----

----- **CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES** -----

----- **CONCURSO DE MÚSICA MODERNA DE ÁGUEDA** -----

----- Continuando os trabalhos a Câmara analisou e deliberou, por unanimidade, aprovar as Normas Regulamentares do Concurso de Música Moderna de Águeda, a levar a efeito no âmbito do programa Aguitágueda 2008. -----

----- **CARTÃO DO CIDADÃO** -----

----- **VENDA DE LEITOR CHIP CARD** -----

----- No prosseguimento dos trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a seguinte proposta: -----

----- “No passado mês iniciou-se o processo de obtenção do Cartão de Cidadão por grande parte dos funcionários, e alguns técnicos que mantêm

relações de trabalho com o Município, pretendendo-se que a Câmara Municipal de Águeda seja a primeira autarquia a implementar este novo sistema de identificação nos seus serviços. -----

----- A curto prazo a obtenção do cartão estará disponível para todos os cidadãos, o que permitirá usufruir ainda mais das possibilidades e vantagens desta ferramenta. -----

----- A utilização do cartão será feita por leitor chip card, ainda difícil de encontrar no mercado, sendo necessário garantir a disponibilidade destes aparelhos a todos os que o queiram adquirir para acesso ao sistema, técnicos e munícipes, bem como funcionários que pretendam fazer a sua utilização fora do serviço. A autarquia adquiriu vários leitores que pode, nesta primeira fase e até a oferta do mercado ser maior, disponibilizar para venda aos interessados, colmatando desta forma a carência verificada. O custo proposto é o valor de aquisição arredondado para o euro. -----

----- Nestes termos, e de acordo com o estabelecido na alínea j) do nº 1 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção conferida pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se ao Executivo Municipal que autorize a sua venda aos eventuais interessados, pelo preço unitário de € 14,00”. -----

#### ----- **INCENTIVOS À REABILITAÇÃO URBANA** -----

----- Seguidamente, depois de devidamente analisadas, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta que se segue bem como a fundamentação técnica que a acompanha: -----

#### ----- **PROPOSTA** -----

#### ----- JUSTIFICAÇÃO -----

-----“ A revitalização socioeconómica de qualquer aglomerado urbano passa, obrigatoriamente, pela reabilitação do seu edificado, sem o que a imagem da cidade, vila ou aldeia, não contribuirá para a qualidade de vida dos cidadãos.-----

----- Ninguém gosta de viver, passear ou trabalhar numa zona onde os prédios degradados sejam a marca dominante. -----

----- A existência de património privado degradado anula, igualmente, qualquer intervenção que o município leve, ou tente levar, a efeito no espaço público, já que a moldura do espaço público, não esqueçamos, é o edificado

que a envolve. -----

----- Na realidade, verificamos hoje o abandono progressivo das zonas mais antigas associado a uma desqualificação do ambiente, o envelhecimento da população e o abandono da população mais jovem. -----

----- A própria deslocação dos serviços para as zonas de urbanização mais recente “arrastaram” a população para estas áreas, onde os arruamentos são mais largos, há mais estacionamento e há mais espaço público. -----

----- É pois necessário inverter este processo, requalificando as zonas mais antigas, reabilitando o edificado e valorizando o espaço público. -----

----- Este Executivo já tomou algumas iniciativas no sentido de facilitar a recuperação dos edifícios degradados da zona mais antiga da cidade. Alguns proprietários aproveitaram essa iniciativa e até já recuperaram as suas construções. -----

----- No entanto, a maioria dos prédios degradados mantêm-se como tal e é preciso intervir com rigor no sentido de eliminar esses pontos negros, começando pela zona urbana da cidade, num processo que pretendemos gradual e que alastre a todo o Concelho. -----

----- Assim, nos termos do nº 2 do art. 3º da Lei 67-A/2007 (Orçamento Geral do Estado), propõe-se a delimitação constante da planta anexa que abrange a zona central da cidade e os núcleos urbanos de Paredes e Assequins, espaços urbanos da cidade mas fisicamente descontínuos. -----

----- A cidade não é só o seu núcleo central, este é o que tem mais impacto mas a cidade é muito mais que isso. A cidade é Assequins, Paredes, Sardão e, é claro, o núcleo central. -----

----- Assim propõe-se a delimitação que se encontra em planta anexa, a qual pretende incluir a zona mais antiga de Assequins (onde existem muitos prédios degradados e onde a intervenção no espaço público é fundamental), a zona mais central de Paredes, o bairro do Sardão e a zona baixa do centro da Cidade. -----

----- Estas áreas constituem o núcleo mais densificado da cidade, com a maior parte dos terrenos ocupados, e onde existe um grande número de prédios degradados. -----

----- Pretende-se que a recuperação do imóvel privado seja uma realidade,



permitindo, assim, futuras intervenções municipais no espaço público, constituindo-se, a breve prazo, um núcleo com qualidade e onde todos gostem de viver, trabalhar ou passear. -----

----- A qualidade de vida dos nossos cidadãos passa, inevitavelmente, pela qualidade do espaço de que dispõem. Prédios degradados não só anulam qualquer investimento no espaço público como acabam por contribuir para a degradação social da urbe, com o aumento do risco e potencia a marginalidade.” -----

#### ----- FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA -----

----- “A existência de edifícios degradados no espaço urbano da cidade e nas freguesias tem merecido atenção por parte do executivo municipal que já anteriormente propôs a aplicação de incentivos que consistiam na diminuição e/ou isenção de taxas municipais: -----

----- **1.** Isenção total ou parcial de taxas de licenciamento e autorização de obras de recuperação de imóveis antigos na zona histórica da cidade e em áreas centrais/núcleos antigos e conjunto com interesse arquitectónico, em todas as freguesias, conforme artigo 4º/nº 2, e), do Regulamento e Tabela de Taxas no Âmbito de Operações Urbanísticas e Obras no Espaço Público Municipal. -----

----- **2.** Isenção total ou parcial de taxas de licenciamento e autorização de obras de recuperação ou construção de imóveis habitacionais ou turísticos, nas áreas classificadas como de incentivo e de imóveis considerados de interesse arquitectónico, desde que o projecto revele qualidade de integração arquitectónica que justifique, conforme artigo 4º/nº 2, f), do referido Regulamento. -----

----- **3.** Isenção de taxas para ocupação da via pública para execução de obras de recuperação de imóveis antigos na zona histórica da cidade e em áreas centrais/núcleos antigos e conjunto com interesse arquitectónico, em todas as freguesias, conforme artigo 4º/nº 3, do referido Regulamento. -----

----- Estas medidas já produziram resultados palpáveis sendo significativo o aumento do número de edifícios recuperados na zona histórica da cidade, no entanto, no momento actual é possível ir mais longe e tornar ainda mais favorável e encorajar positivamente de forma mais intensa todos os que

possuem edifícios degradados. -----

----- Com a entrada em vigor do Orçamento de Estado para 2008 e da Lei 67-A/2007 foram aprovados um conjunto de incentivos que as Autarquias podem deliberar aplicar ou não. Na sequência da linha de acção anteriormente defendida de incentivar a recuperação do edificado no Concelho consideramos ser ajustado conceder, a todos quantos pretendam recuperar imóveis, o máximo de isenções previstas nos citados documentos. -----

----- Neste sentido pretendemos concretizar um conjunto de medidas assentes na legislação actualmente em vigor, que se traduzam em instrumentos de estímulo às acções de reabilitação urbana, incentivando os particulares a uma intervenção mais activa no processo. -----

----- Assim para além do desenvolvimento de outras acções a empreender, pretende-se, desde já, operacionalizar algumas medidas previstas no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e na Lei que aprovou o Orçamento Geral do Estado para 2008. -----

----- Estas medidas assumem nalguns casos carácter sancionatório, noutros são sobretudo estímulo e incentivo à reabilitação urbana pela minoração, ou mesmo, isenção do imposto devido. -----

----- Se no primeiro caso justifica-se delimitar áreas territoriais de aplicação, uma vez que pressupõem um trabalho de levantamento, identificação dos proprietários, notificações e outros, necessariamente condicionados pelos recursos disponíveis, quando se prendam com bonificações ou isenções, poderão e deverão ser alargados a todo o concelho, com excepção da isenção temporária de IMI, prevista na Lei 67-A/2007, de aplicação restrita a áreas de reabilitação aprovadas. -----

----- Este regime de isenção temporária, dependente de parecer do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. sobre a delimitação das áreas de reabilitação, terá aplicação imediata após deliberação da Assembleia Municipal, as penalizações e as restantes bonificações efectivar-se-ão a partir do próximo ano. -----

----- Nestes termos, e de acordo com a alínea f) do nº 2 do artigo 53º e alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o artigo 82º da Lei n.º 67-

A/2007, de 31 de Dezembro e o artigo 112º do CIMI, propõe-se à Câmara Municipal que delibere submeter à apreciação e decisão da Assembleia Municipal, as seguintes medidas: -----

----- Benefícios: -----

----- 1. Para os prédios urbanos arrendados passíveis de actualização faseada de rendas e para todos os outros situados nas áreas de reabilitação delimitadas na planta anexa, isenção de IMI por um período de 5 anos, que pode ser renovado por mais 3 anos nas acções de reabilitação iniciadas no período de 1 de Janeiro de 2008 a 31 de Dezembro de 2010 e que se encontrem concluídas até 31 de Dezembro de 2012, das quais resulte um estado de conservação do imóvel, pelo menos, dois níveis acima do atribuído antes das obras de reabilitação, em conformidade com o artigo 82º da Lei 67-A/2007. -----

----- 2. Minoração da taxa do IMI em 30% nas situações de prédios degradados objecto de operações de reabilitação urbana, conforme artigo 112º/nº6 do CIMI. -----

----- 3. Redução da taxa do IMI em 20% nos prédios arrendados degradados que forem objecto de operações de reabilitação urbana, que pode ser cumulativa com a medida anterior, conforme artigo nº 112º/nº7 do CIMI.----

----- Penalizações: -----

-----1. Nas áreas definidas na planta anexa, agravamento para o dobro das taxas do IMI, nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, considerando-se como tais o prédio urbano ou fracção autónoma que durante um ano se encontre desocupado de acordo com o artigo 112º/nº 3 do CIMI. -----

----- São indícios de desocupação a inexistência de contratos em vigor com empresas de telecomunicações e de fornecimento de água, gás e electricidade, assim como, a inexistência de facturação relativa a consumos de água, gás, electricidade e telecomunicações. -----

----- 2. Nas mesmas áreas, majoração da taxa do IMI sobre prédios urbanos degradados em 30%, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, de acordo com o artigo 112º/nº8 do

CIMI.” -----

----- **REGULAMENTO DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ÁGUEDA E REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS NO ÂMBITO DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E OBRAS NO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – DISCUSSÃO PÚBLICA DE PROPOSTA DE ALTERAÇÃO** -----

----- A seguir, foi proposto à aprovação do Executivo Municipal os Projectos de Alteração ao Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Águeda, e ao Regulamento e Tabela de Taxas no Âmbito de Operações Urbanísticas e Obras no Domínio Público Municipal. -----

----- Analisado o assunto foi deliberado, por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 3 do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, sujeitar os presentes projectos de Alteração a um período de discussão pública por um prazo de 30 dias. -----

----- **PREVENÇÃO E CONTROLO EXCESSIVO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS** -----

----- **REGULAMENTO INTERNO** -----

----- Depois de o analisar devidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento Interno sobre Prevenção e Controlo do Consumo excessivo de Bebidas Alcoólicas, o qual se arquiva na pasta dos documentos relativos a este livro de Actas, dando-se, assim, por transcrito. -----

----- **INVENTÁRIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS** -----

----- Presente a seguir o Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, bem como os documentos de prestação de contas e respectiva certificação legal, documentos oportunamente entregues aos Membros do Executivo para apreciação. -----

----- Tecidas várias considerações e prestadas algumas informações pelo Sr. Presidente, nomeadamente acerca da actualização do património municipal, foi deliberado, por unanimidade, aprovar os documentos em apreço e remetê-los à Assembleia Municipal para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- **OBRAS PARTICULARES** -----

----- **RECEPÇÃO PROVISÓRIA DE INFRAESTRUTURAS** -----

----- Presente um pedido de Vistoria às infra-estruturas relativas à Operação de Loteamento, sito no Lugar de Passadouro, na Freguesia de Aguada de Baixo, efectuada por CONSTRUÇÕES POMBINHO SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA, a fim de ser efectuada a recepção provisória das referidas infra-estruturas. -----

----- Efectuadas as vistorias pelas diversas entidades, estas mereceram pareceres favoráveis. -----

----- Analisado todo o processo, a Câmara deliberou, por unanimidade, receber provisoriamente as infra-estruturas em causa. -----

----- Eram dezanove horas quando o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que eu  
Director de Departamento Administrativo e Financeiro, redigi e subscrevo.-----